



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –  
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

**Relatório e Contas**

**2018**



## ÍNDICE

<b>Relatório de Gestão.....</b>	<b>4</b>
---------------------------------	----------

### **Demonstrações Financeiras**

<b>Demonstração dos Resultados.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do Rendimento Integral.....</b>	<b>9</b>
<b>Balanço.....</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</b>	<b>11</b>
<b>Mapa de Alterações no Capital Próprio.....</b>	<b>12</b>

<b>Notas às Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>14</b>
--	-----------

### **Anexos**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

**Política de Remunerações de Colaboradores**

**Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização**





---

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 1. A Empresa e a atividade em 2018

Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (doravante designada por MBFSP ou Sociedade) é detida totalmente pelo importador das marcas Mercedes-Benz e Smart do Grupo Daimler em Portugal (Mercedes-Benz Portugal, S.A. - doravante designada por Marca). A Sociedade tem como objetivo ser a primeira escolha em termos de fornecedor de serviços financeiros para os Concessionários e Clientes finais, exercendo atividades de Retalho (financiamento de veículos ao cliente final) e de financiamento de stock (financiamento aos Concessionários para o stock de viaturas e peças). A MBFSP e a Marca promovem ações conjuntas de modo a oferecer a proposta mais competitiva no mercado para a aquisição e financiamento do veículo, garantido que ambas alcançam objetivos comerciais e de rentabilidade definidos pelo acionista, bem como a fidelização dos clientes às marcas Mercedes-Benz e Smart.

O financiamento automóvel a cliente final representa uma parte muito significativa da atividade da Sociedade. Segundo dados da ACAP o Mercado automóvel cresceu cerca de 2%, tendo sido registadas mais de 269 mil unidades em 2018, comparando com 263 mil em 2017. Em termos de *performance*, o importador das marcas Mercedes-Benz / Smart manteve estável o número de novas unidades matriculadas, mantendo também estável a sua Quota de Mercado em 8% - Apesar desta estabilização, reflexo do próprio abrandamento do crescimento do sector automóvel, a Mercedes-Benz continua a ser a marca *premium* mais vendida em Portugal, alcançando este estatuto pelo quarto ano consecutivo. A taxa de penetração da Sociedade que traduz o número relativo de unidades novas financiadas face ao total de matrículas da marca, aumentou para 56% traduzindo assim o aumento da sua competitividade no mercado como cativa de marca e reafirmando o objetivo de ser a primeira escolha do cliente final.

	2017				2018				Δ
	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	
Veículos Ligeiros de Passageiros	222 134	19 399	8,73%	54,66%	228 290	19 669	8,62%	57,64%	2,98%
Veículos Comerciais Ligeiros	36 258	1 728	4,77%	49,27%	37 189	1 468	3,95%	48,63%	-0,65%
Veículos Pesados	4 922	818	16,62%	35,58%	3 964	762	19,22%	31,80%	-3,78%
<b>Total</b>	<b>263 314</b>	<b>21 945</b>	<b>8,33%</b>	<b>53,35%</b>	<b>269 443</b>	<b>21 899</b>	<b>8,13%</b>	<b>55,65%</b>	<b>2,31%</b>

**Nota: Taxa penetração conjunta com a Mercedes-Benz Aluguer de Veículos, Lda**

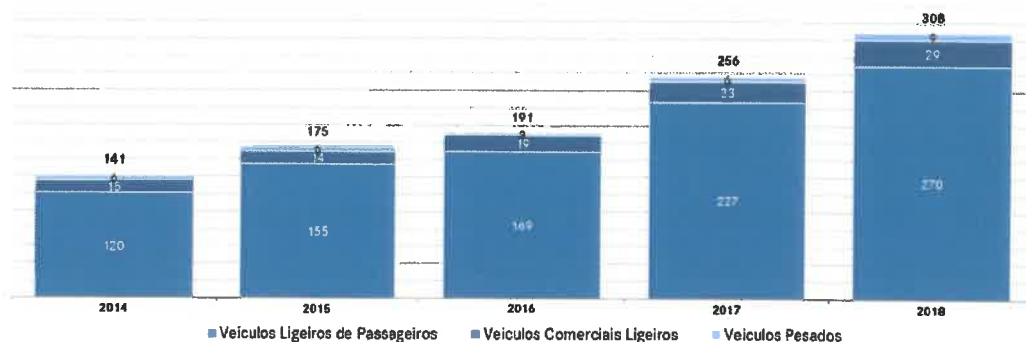
O volume de novos créditos celebrados em 2018 ascendeu aos 308 milhões de Euros, num total de 11.554 contratos representando um crescimento de 20% face ao ano transato.

Os veículos ligeiros de passageiros continuam a revelar-se o segmento de maior relevância no mercado e nas marcas Mercedes-Benz e Smart, representando 88% do volume total financiado pela Sociedade - o volume neste segmento registou um aumento de 19% face a 2017, sendo o principal impulsionador do crescimento de 20% do total de financiamentos.

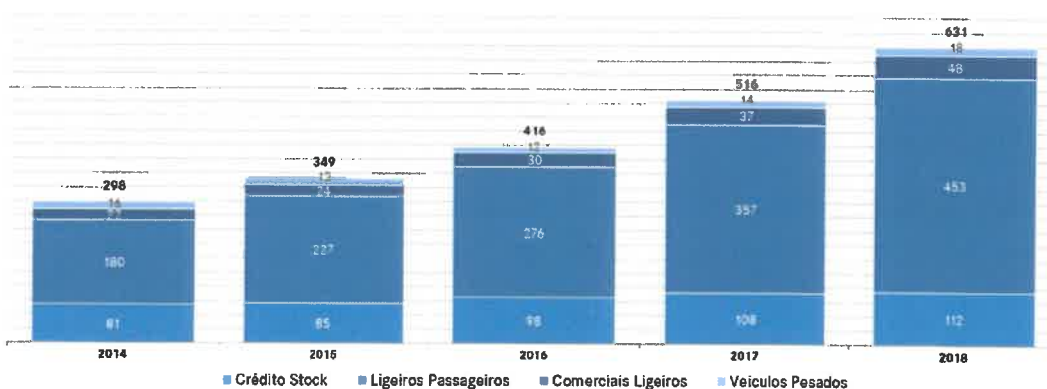




Montante Financiado - Novos créditos concedidos



A 31 de Dezembro de 2018 a sociedade apresentava uma carteira de crédito a clientes bruta de imparidade de 616 Milhões de Euros - 22% de aumento face a 2017. Segregando a carteira por linha de negócio 82% dizem respeito à concessão de crédito automóvel a cliente final e os restantes 18% com o crédito de stock - financiamento do stock de viaturas Mercedes-Benz e Smart presente nos distribuidores autorizados da Marca - os crescimentos face a 2017 foram de 27% e 4% respetivamente.



No que diz respeito aos desenvolvimentos de risco de crédito, em 2018 verificou-se uma continuidade no que concerne os níveis de delinquência - o total de crédito em incumprimento há mais de 90 dias representa 0,37% do total da carteira de crédito, que por sua vez se traduz num rácio bastante positivo comparativamente ao mercado.

Foi dada continuidade à estratégia de reorganização da estrutura organizacional bem como o reforço de recursos humanos e otimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto na qualidade do serviço, tal como o atendimento ao cliente, rede de concessionário Mercedes-Benz / Smart e análise de crédito. Foi ainda dado enfoque a diversos Projetos com vista à melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa e mitigação de riscos operacionais.



## 2. Outros factos relevantes e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação

## 3. Perspetivas futuras

A Administração perspetiva um ano de 2019 com desafios no setor automóvel e no mercado financeiro, embora se encontre otimista no acompanhamento da marca, no crescimento sustentado da carteira e na manutenção de reduzidos níveis de incumprimento.

## 4. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de 8.687.940, deduzido do montante de 868.794 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados.

## 5. Nota Final

O Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos ao acionista Mercedes-Benz Portugal, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a consecução dos objetivos atingidos.

Abrunheira, 18 de Março 2019

O Conselho de Administração







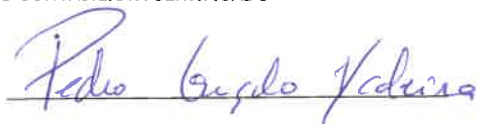
---

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

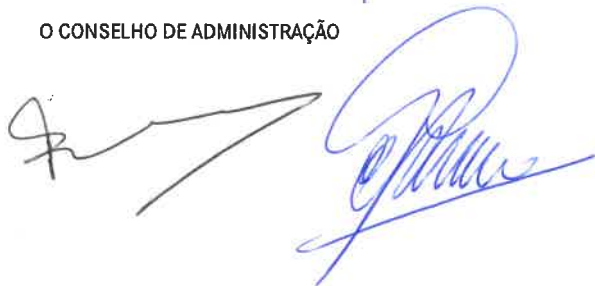


	Notas	2018 Euros	2017 Euros
Juros e rendimentos similares	3	20.925.998	18.684.209
Juros e encargos similares	3	(2.909.694)	(2.791.041)
<b>Margem financeira</b>		<b>18.016.304</b>	<b>15.893.168</b>
Resultados de serviços e comissões	4	1.815.440	1.074.267
Outros resultados de exploração	5	1.891.364	2.270.309
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>21.723.108</b>	<b>19.237.744</b>
Custos com o pessoal	6	4.226.013	3.479.877
Gastos gerais administrativos	7	5.210.386	4.909.711
Depreciações e Amortizações	8	94.399	72.222
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	9	(649.573)	(635.276)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	10	(49.436)	123.170
Outras provisões líquidas de reversões	11	(68.272)	(66.006)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>12.959.591</b>	<b>11.354.047</b>
Impostos correntes	12	(4.282.651)	(3.026.033)
Impostos diferidos	12	11.000	(134.786)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>8.687.940</b>	<b>8.193.228</b>
<b>Resultado por acção</b>			
Básico	13	0,483	0,455
Diluído	13	0,483	0,455

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Nota: Os saldos relativos a 31 de Dezembro de 2017, correspondem às contas estatutárias nessa data. Estes saldos são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos não tendo sido efetuada a respetiva reexpressão na sequência na adoção da IFRS 9, com referência a 1 de Janeiro de 2018, tal como permitido na IFRS 9 (nota 36).





	2018 Euros	2017 Euros
Resultado líquido	8.687.940	8.193.228
Total do rendimento integral do exercício	8.687.940	8.193.228

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Nota: Os saldos relativos a 31 de Dezembro de 2017, correspondem às contas estatutárias nessa data. Estes saldos são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos não tendo sido efetuada a respetiva reexpressão na sequência na adoção da IFRS 9, com referência a 1 de Janeiro de 2018, tal como permitido na IFRS 9 (nota 36).

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

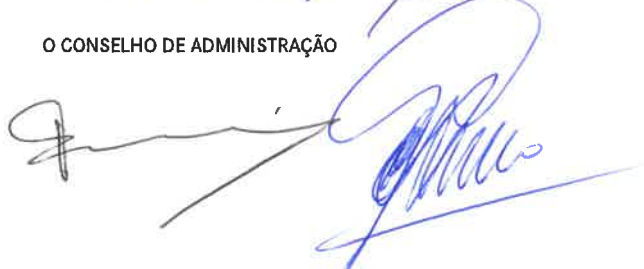


	Notas	2018 Euros	2017 Euros
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	2.090.286	3.107.378
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados		125	125
Créditos a clientes	15	616.071.437	503.275.563
Ativos não correntes detidos para venda	16	190.562	123.890
Ativos tangíveis	17	367.488	267.946
Ativos intangíveis	18	-	108
Ativos por impostos diferidos	19	338.221	205.646
Outros ativos	20	57.669.834	50.473.811
<b>Total do Ativo</b>		<b>676.727.953</b>	<b>557.454.467</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	21	433.358.289	360.631.823
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	164.096.894	128.092.946
Provisões	23	360.614	510.745
Passivos por impostos correntes	24	4.273.103	3.059.401
Outros passivos	25	15.511.474	15.185.806
<b>Total do Passivo</b>		<b>617.600.375</b>	<b>507.480.721</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	26	18.001.000	18.001.000
Reservas e resultados transitados	27 e 28	32.438.638	23.779.518
Resultado do exercício		8.687.940	8.193.228
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>59.127.578</b>	<b>49.973.746</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>676.727.953</b>	<b>557.454.467</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



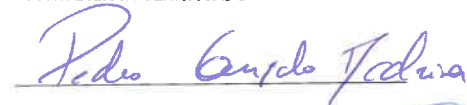
Nota: Os saldos relativos a 31 de Dezembro de 2017, correspondem às contas estatutárias nessa data. Estes saldos são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos não tendo sido efetuada a respetiva reexpressão na sequência na adoção da IFRS 9, com referência a 1 de Janeiro de 2018, tal como permitido na IFRS 9 (nota 36).

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



	Notas	2018 Euros	2017 Euros
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		31.050.516	26.122.865
Juros, comissões e outros custos pagos		(8.088.047)	(7.500.181)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(12.104.113)	(5.153.330)
Outros pagamentos e recebimentos		(3.831.379)	(749.413)
		7.026.977	12.719.941
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		(113.957.808)	(101.096.912)
Débitos para com instituições de crédito		72.959.324	34.552.131
Débitos para com empresas grupo		35.792.528	55.219.733
Débitos para com clientes		(9.506)	(17.806)
		(5.215.462)	(11.342.854)
Impostos sobre os rendimentos pagos		(3.294.472)	(2.256.429)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>(1.482.957)</b>	<b>(879.342)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisições de imobilizado		(193.833)	(96.551)
Aumentos em outras contas do ativo		659.698	(414.925)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>465.865</b>	<b>(511.476)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(1.017.092)	(1.390.818)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		3.107.378	4.498.196
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>2.090.286</b>	<b>3.107.378</b>
<b>Caixa e seus equivalentes engloba</b>			
Disponibilidades em outras IC	14	2.090.286	3.107.378
Outros recursos		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>2.090.286</b>	<b>3.107.378</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



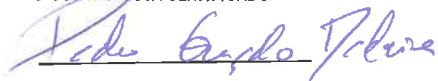
Nota: Os saldos relativos a 31 de Dezembro de 2017, correspondem às contas estatutárias nessa data. Estes saldos são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos não tendo sido efetuada a respetiva reexpressão na sequência na adoção da IFRS 9, com referência a 1 de Janeiro de 2018, tal como permitido na IFRS 9 (nota 36).

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”



	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Resultado exercício	Resultados transitados
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>41.780.518</b>	<b>18.001.000</b>	<b>1.550.469</b>	<b>6.559.300</b>	<b>15.669.749</b>
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	542.667	(542.667)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(6.016.633)	6.016.633
Resultado líquido do exercício	8.193.228	-	-	8.193.228	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>49.973.746</b>	<b>18.001.000</b>	<b>2.093.136</b>	<b>8.193.228</b>	<b>21.686.382</b>
Ajustamento de transição IFRS 9 (Nota 36)	465.892	-	-	-	465.892
<b>Saldo em 01 de Janeiro 2018</b>	<b>50.439.638</b>	<b>18.001.000</b>	<b>2.093.136</b>	<b>8.193.228</b>	<b>22.152.274</b>
Resultado líquido do exercício	8.687.940	-	-	8.687.940	-
Aplicação de resultados					
Reserva legal	-	-	819.323	(819.323)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(7.373.905)	7.373.905
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>59.127.578</b>	<b>18.001.000</b>	<b>2.912.459</b>	<b>8.687.940</b>	<b>29.526.179</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



"As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras"







---

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## 1. Políticas contabilísticas

### 1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (SFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de Maio de 2004 e iniciou a sua atividade no mês de Julho de 2004.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005 (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015), as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas, desde o exercício de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 18 de Março de 2019. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

Em 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor a IFRS 9 – Instrumentos financeiros, em substituição da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Esta norma estabelece novas regras para o reconhecimento de instrumentos financeiros e introduz alterações relevantes nomeadamente ao nível da metodologia de cálculo da imparidade. A adoção desta norma produziu impactos essencialmente ao nível do valor de imparidade, sendo que todos os ajustamentos resultantes da adoção da norma foram reconhecidos em capital próprio na rubrica de resultados transitados.

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, a Sociedade optou por não proceder à reexpressão dos saldos comparativos do período anterior. Todos os ajustamentos aos valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros na data de transição foram reconhecidos em capitais próprios com referência a 1 de janeiro de 2018.

#### **Comparabilidade da informação**

Para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2018, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, exceto no que se refere às alterações decorrentes da adoção das seguintes normas com referência a 1 de janeiro de 2018: IFRS 9 – Instrumentos financeiros e IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 9 vem substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros- Reconhecimento e Mensuração e estabelece novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros e mensuração, incluindo requisitos de imparidade para ativos financeiros.

Os requisitos apresentados pela IFRS 9 são, na generalidade, aplicados retrospectivamente através do ajustamento do balanço de abertura a data da aplicação inicial (1 de janeiro de 2018). Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 9 com referência a 1 de janeiro de 2018 encontram-se detalhados na nota 36. Não foram apurados impactos nas demonstrações financeiras relativas à adoção da IFRS 15.

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, a Sociedade optou por não proceder à reexpressão dos saldos comparativos do período anterior. Todos os ajustamentos aos valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros na data de transição foram reconhecidos em capitais próprios com referência a 1 de janeiro de 2018. Consequentemente, as alterações ao nível das informações divulgadas nas notas às demonstrações financeiras decorrentes das emendas à IFRS 7 na sequência da adoção da IFRS 9 foram aplicadas apenas com referência a 31 de dezembro de 2018. A informação incluída nas notas às demonstrações financeiras relativa ao exercício comparativo corresponde à que foi divulgada no exercício anterior.

Passamos a descrever as políticas contabilísticas em vigor após a adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e que são aplicáveis às demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

## 1.2 Ativos Financeiros - Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Sociedade para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### Avaliação do Modelo de Negócio

A Sociedade procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2018, a uma avaliação do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é detido, ao nível do portfolio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação considerada nesta avaliação incluiu:

- as políticas e objetivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiam estes ativos ou na realização de cash flows através da venda dos ativos;
- a forma como a performance do portfolio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão da Sociedade;
- a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos.

### Avaliação se os cash flows contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período de tempo e para outros riscos e custos associados à atividade (ex. risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash flows contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Sociedade considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI.

## 1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

### Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de "Ativos financeiros ao custo amortizado" inclui disponibilidades em outras instituições de crédito e crédito a clientes geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As disponibilidades em outras instituições de crédito e os créditos a clientes são reconhecidos na data em que os fundos são disponibilizados à contraparte (settlement date).

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e rendimentos similares", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registadas na rubrica "Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao custo amortizado".

## 1.2.2. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

### Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Sociedade para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI).

## Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

### 1.2.3. Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

### 1.2.4. Modificação e desreconhecimento de ativos financeiros

A Sociedade desreconhece estes ativos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros. Quando ocorre uma transferência destes ativos, o desreconhecimento apenas pode ser efetuado quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos mesmos.

### 1.2.5. Perdas por imparidade

A Sociedade reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros ao custo amortizado.

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” (em resultados), sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

## 1.3 Crédito a clientes (IAS 39)

As Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao exercício de 2017 foram preparadas de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros, conforme segue.

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção,
- (ii) Não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respetivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido das perdas por imparidade.

## *Imparidade*

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, a Sociedade avalia se existe evidência objetiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respetiva avaliação das perdas por imparidade, a Sociedade utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogêneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efetua-se através de análise coletiva.

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogêneos de crédito determinadas em termos coletivos pretendem refletir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR) e são calculadas considerando os seguintes aspetos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Sociedade de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1 e não obstante o que foi referido anteriormente, a Sociedade aplica nas suas contas as NIRF pelo que, de acordo com o definido no Aviso n.º 5/15 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido é realizada de acordo com a IFRS 9, a qual é aplicada no modelo de imparidade da Sociedade.

No entanto, com base na informação presente no decreto regulamentar n.º 13/2018, é reproduzido o regime fiscal que vigorava em 31 de dezembro de 2015, prolongando, pelo menos até 2019, o regime fiscal das perdas por imparidade para risco de crédito aplicável em 2015. Desta forma, é prorrogado, para efeitos fiscais, o enquadramento que decorre do Aviso n.º 3/95, sendo expectável que o tratamento fiscal desta matéria seja objeto de revisão em 2020.

## 1.4 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor atual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

## 1.5 Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### *Locação operacional*

Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### *Locação financeira*

#### *i) Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital



que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## *ii) Como locador*

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **1.6 Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

## **1.7 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

### 1.8 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que refletem a vida útil esperada:

<u>Anos</u>	<u>Número de</u>
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### 1.9 Ativos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## 1.10 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais

## 1.11 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

## 1.12 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

## 1.13 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja

expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## 1.14 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

## 1.15 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

## 1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## 1.17 Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

## **2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As NIRF's estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração efetue o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### **Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

A Sociedade efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

## **Imposto sobre os lucros**

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 3. Margem financeira

A rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
Locação financeira	18.597.263	14.973.840
Crédito ao consumo	1.436.743	2.680.203
Crédito tomado	891.992	1.030.166
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>20.925.998</b>	<b>18.684.209</b>
Recursos de instituições de crédito no país	(2.767.099)	(2.726.031)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(142.595)	(65.010)
<b>Juros e encargos similares</b>	<b>(2.909.694)</b>	<b>(2.791.041)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>18.016.304</b>	<b>15.893.168</b>

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Juros e rendimentos similares, podem ser analisados como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	13.397.337	11.514.496
Custos resultantes de comissões pagas	(3.603.252)	(2.991.177)
	<b>9.794.085</b>	<b>8.523.320</b>



**4. Resultados de serviços e comissões**

Esta rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	2.294.189	1.528.491
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>2.294.189</b>	<b>1.528.491</b>
Outros custos com serviços e comissões	(478.749)	(454.224)
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>(478.749)</b>	<b>(454.224)</b>
<b>Resultados líquidos de serviços e comissões</b>	<b>1.815.440</b>	<b>1.074.267</b>

A rubrica referente a Outros proveitos de serviço e comissões registam as comissões recebidas das seguradoras, no âmbito da angariação de negócio.

A rubrica referente a Outros custos com serviço e comissões registam as despesas bancárias pagas no âmbito das operações bancárias efetuadas.

**5. Outros resultados de exploração**

A rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
Reembolso de despesas	1.805.015	1.318.296
Mais-valias em bens de locação financeira	882.306	411.492
Outros proveitos de exploração	1.348.866	1.467.300
<b>Outros proveitos de exploração</b>	<b>4.036.187</b>	<b>3.197.088</b>
Impostos	(496.886)	(248.122)
Menos-valias em bens de locação financeira	(925.913)	(337.639)
Donativos e quotizações	(21.120)	(29.008)
Outros custos de exploração	(700.903)	(312.010)
<b>Outros custos de exploração</b>	<b>(2.144.823)</b>	<b>(926.779)</b>
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>1.891.364</b>	<b>2.270.309</b>

A rubrica Reembolso de despesas inclui o montante de Euros 586.213 (2017: Euros 432.067), referente a valores de portes faturados ao cliente.

A rubrica Reembolso de despesas também inclui o montante de Euros 339.109 (2017: Euros 235.137), referente à refaturação de valores ao cliente, nomeadamente os contratos de manutenção com a MBP, acerto de quilómetros e acondicionamento calculados no final do contrato, bem como outros acertos de contrato.

A rubrica Reembolso de despesas inclui ainda o montante de Euros 299.470 (2017: Euros 245.627), referente a despesas de devolução de renda.

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respetivamente.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 824.340 (2017: Euros 892.586), referente a valores faturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por comparticipação nas despesas de funcionamento.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui ainda o montante de Euros 163.309 (2017: Euros 172.903), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

A rubrica Outros custos de exploração refere-se ao montante de Euros 532.073 relativo ao valor de créditos abatidos ao ativo.

## 6. Custos com o pessoal

A rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
Remunerações	3.237.587	2.833.596
Encargos sociais obrigatórios	565.712	436.747
Encargos sociais facultativos	72.995	68.835
Outros encargos	349.718	140.699
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>4.226.013</b>	<b>3.479.877</b>

O efetivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2018	2017
Administradores	3	5
Técnicos	60	49
	63	54

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por três administradores, dos quais dois são administradores com funções executivas.

A Sociedade informa, nos termos e para efeitos do disposto no número 1 do artigo 115-I do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que adota e põe em prática políticas de remuneração e de seleção dos membros dos órgãos de administração que respeitam, de forma adequada e proporcional à respetiva natureza, dimensão e complexidade das suas atividades, as normas legais aplicáveis.

Os custos incorridos com a remuneração e encargos sociais obrigatórios dos Órgãos de Gestão ascenderam a Euros 396.341 (2017: Euros 447.747).

## 7. Gastos gerais administrativos

A rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
Água, energia e combustíveis	32.818	23.459
Rendas e alugueres	431.910	382.097
Comunicação e despesas de expedição	413.581	323.547
Deslocações, estadas e representação	131.508	114.799
Publicidade e acções promocionais	797.765	387.141
Conservação e reparação	18.195	4.196
Seguros	17.254	32.170
Serviços especializados	1.840.897	2.138.044
Outros serviços de terceiros	1.526.458	1.504.258
<b>Gastos gerais administrativos:</b>	<b>5.210.386</b>	<b>4.909.711</b>

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 431.910 (2017: Euros 382.097), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 637.635 (2017: 967.750), referentes a custos com informática e de Euros 296.759 (2017: Euros 326.733), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica de Outros serviços de Terceiros inclui o montante de Euros 178.698 (2017: Euros 207.720) relativamente a custos incorridos com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. por diversos serviços prestados.

A rubrica Serviços especializados inclui honorários faturados durante o exercício de 2018 e 2017 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que de acordo com o disposto no art.º 66º-A, nº1, b) do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Revisão legal das contas anuais	33.150	16.000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	71.050	94.250
	104.200	110.250

**8. Depreciações e amortizações**

A rubrica é composta por:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Ativos tangíveis</b>		
Obras em imóveis arrendados	23.708	16.945
Mobiliário e material	19.203	16.959
Máquinas e ferramentas	85	85
Equipamento informático	44.464	32.623
Instalações interiores	6.184	4.802
Equipamento de segurança	135	135
Outros ativos tangíveis	512	136
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>94.291</b>	<b>71.685</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	108	537
Outros ativos intangíveis	-	-
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>108</b>	<b>537</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>94.399</b>	<b>72.222</b>

**9. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações**

A rubrica imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Provisão específica para crédito concedido</b>		
Dotações do exercício	150.661	1.007.054
Reversões do exercício	(716.040)	(1.552.578)
Recuperações de crédito e juros	(84.194)	(89.752)
<b>Imp. do crédito líquida de rev. e recuperações</b>	<b>(649.573)</b>	<b>(635.276)</b>

**10. Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações**

A rubrica imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda		
Dotações do exercício	141.148	124.749
Reversões do exercício	(90.425)	-
<b>Imp. de ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>50.723</b>	<b>124.749</b>
Imparidade de outros ativos		
Dotações do exercício	69.336	216.146
Reversões do exercício	(169.494)	(217.725)
<b>Imp. de outros ativos</b>	<b>(100.158)</b>	<b>(1.579)</b>
<b>Imp. outros ativos líquida de rev. e recuperações</b>	<b>(49.436)</b>	<b>123.170</b>

**11. Outras provisões líquidas de reversões**

A rubrica de Outras provisões líquidas de reversões, é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Outras provisões		
Dotações do exercício	12.696	290.573
Reversões do exercício	(80.968)	(356.579)
<b>Outras provisões</b>	<b>(68.272)</b>	<b>(66.006)</b>
<b>Outras provisões líquidas de reversões</b>	<b>(68.272)</b>	<b>(66.006)</b>

**12. Impostos**

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Impostos correntes:</b>		
Do exercício	(4.273.103)	(3.059.401)
Correcções Imposto exercício anterior	(9.548)	33.368
<b>Impostos correntes</b>	<b>(4.282.651)</b>	<b>(3.026.033)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	211.469	13.257
Encargos	(200.470)	(148.043)
<b>Impostos diferidos</b>	<b>11.000</b>	<b>(134.786)</b>
<b>Impostos sobre lucros no exercício</b>	<b>(4.271.651)</b>	<b>(3.160.819)</b>

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 7-82-B/2014, de 31 de Dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 9% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2018, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa de 26% (22,5% relativo a 2017), resultante do cálculo médio das taxas de IRC global, incluindo Derrama Municipal e Estadual tendo por base o período de Dezembro de 2017 a Dezembro de 2018.

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2018 Euros		2017 Euros	
	%	Euros	%	Euros
Resultado antes de imposto		12.959.591		11.354.047
Taxa de imposto corrente	22,5%	2.915.908	22,5%	2.554.661
Derrama Estadual	4,6%	594.468	3,3%	378.003
Provisões não dedutíveis	(1,3%)	73.926	(1,3%)	(147.775)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(0,1%)	(2.207)	(0,1%)	(6.527)
Tributação autónoma e outros impactos				
Tributação autónoma	1,0%	126.029	0,9%	102.884
Outros impactos	4,3%	563.527	2,5%	279.573
Impostos sobre lucros no exercício	33,0%	4.271.651	27,8%	3.160.819

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2018 Euros	2017 Euros
Imparidade para crédito	(76.851)	(132.568)
Outras Provisões	87.851	(2.218)
	11.000	(134.786)



**13. Resultado por ação**

O resultado por ação é calculado da seguinte forma:

	2018 Euros	2017 Euros
Resultado líquido	8.687.940	8.193.228
Número médio de ações	18.001.000	18.001.000
Resultado por ação básico	0,483	0,455
Resultado por ação diluído	0,483	0,455

O resultado básico por ação é calculado efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas pelo número médio de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como ações próprias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando as ações ordinárias potenciais ao número médio de ações ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre ações. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. não detinha ações potenciais ordinárias, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

**14. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Instituições de crédito no país	2.090.286	3.107.378
Instituições de crédito no estrangeiro	-	-
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito</b>	<b>2.090.286</b>	<b>3.107.378</b>

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
Até 3 meses	2.090.286	3.107.378

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2018 e 2017 foi de 0%.

## 15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	461.664.383	363.768.596
Crédito ao consumo	41.918.287	30.881.813
Crédito tomado	110.145.982	104.683.779
	613.728.652	499.334.188
Crédito vencido		
Até 3 meses	2.669.656	4.724.668
De 3 meses a 1 ano	665.603	313.497
De 1 ano até 3 anos	685.272	892.108
Mais de 3 anos	989.289	2.648.545
	5.009.820	8.578.818
Total crédito vincendo e crédito vencido	618.738.472	507.913.006
Imparidade para crédito concedido	(2.667.035)	(4.637.443)
<b>Crédito a clientes</b>	<b>616.071.437</b>	<b>503.275.563</b>

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
Até 3 meses	123.996.488	42.129.580
De 3 meses a 1 ano	36.903.134	102.076.395
De 1 ano até 5 anos	430.267.994	332.647.295
Mais de 5 anos	22.561.036	22.480.918
Duração indeterminada (Crédito vencido)	5.009.820	8.578.818
<b>Total crédito vincendo e crédito vencido</b>	<b>618.738.472</b>	<b>507.913.006</b>

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Crédito vincendo</b>		
Créditos com garantias reais	206.526.039	445.481.279
Créditos sem garantias	407.202.613	53.852.909
	<b>613.728.652</b>	<b>499.334.188</b>
<b>Crédito vencido</b>		
Créditos com garantias reais	1.091.097	7.431.915
Créditos sem garantias	3.918.723	1.146.903
	<b>5.009.820</b>	<b>8.578.818</b>
<b>Total crédito vincendo e crédito vencido</b>	<b>618.738.472</b>	<b>507.913.006</b>

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
Taxa fixa	230.176.612	150.244.773
Taxa variável	383.552.040	349.089.415
<b>Total crédito vincendo</b>	<b>613.728.652</b>	<b>499.334.188</b>

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Crédito vincendo</b>		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	176.326.095	141.867.605
Crédito ao consumo	22.247.855	15.898.273
Crédito tomado	<u>110.145.982</u>	<u>104.683.779</u>
	308.719.932	262.449.657
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	285.338.288	221.900.991
Crédito ao consumo	<u>19.670.432</u>	<u>14.983.540</u>
	305.008.720	236.884.531
<b>Total crédito vincendo</b>	<b>613.728.652</b>	<b>499.334.188</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	1.977.312	3.137.782
Crédito ao consumo	165.942	239.545
Crédito tomado	<u>1.516.949</u>	<u>3.238.046</u>
	3.660.203	6.615.373
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	1.258.816	1.812.949
Crédito ao consumo	<u>90.801</u>	<u>150.496</u>
	1.349.617	1.963.445
<b>Total crédito vencido</b>	<b>5.009.820</b>	<b>8.578.818</b>
<b>Imparidade para crédito concedido</b>	<b>(2.667.035)</b>	<b>(4.637.443)</b>
<b>Crédito a clientes</b>	<b>616.071.437</b>	<b>503.275.563</b>

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Locação financeira por prazos residuais:</b>		
<i>Rendas vincendas e valores residuais:</i>		
Até 3 meses	13.337.823	6.214.584
De 3 meses a 1 ano	35.942.993	32.029.796
De 1 ano até 5 anos	415.092.957	327.088.862
Mais de 5 anos	17.970.382	17.995.400
	<b>482.344.155</b>	<b>383.328.642</b>
<i>Juros vincendos:</i>		
Até 3 meses	-261.472	-24.325
De 3 meses a 1 ano	-562.937	-495.067
De 1 ano até 5 anos	-17.580.985	-16.626.666
Mais de 5 anos	-2.274.378	-2.413.988
	<b>-20.679.772</b>	<b>-19.560.046</b>
	<b>461.664.383</b>	<b>363.768.596</b>

Os movimentos da Imparidade específica para crédito concedido são analisados como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	4.637.443	5.741.551
Ajustamento IFRS 9	(373.598)	-
Dotações do exercício	150.661	1.007.054
Reversões do exercício	(716.040)	(1.552.578)
Utilizações do exercício	(1.031.431)	(558.584)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>2.667.035</b>	<b>4.637.443</b>

Durante o exercício de 2018, a Sociedade realizou anulação de créditos no valor de Euros 1.031.431, sendo que em 2017 procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de imparidade para crédito concedido no montante de Euros 558.584.

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2018, a anulação de proveitos é de Euros 82.573 (2017: Euros 121.891).

**16. Ativos não correntes detidos para venda**

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Equipamento	366.034	248.639
Perdas por imparidade	(175.472)	(124.749)
<b>Ativos não correntes detidos para venda</b>	<b>190.562</b>	<b>123.890</b>

A rubrica Equipamento no montante de Euros 366.034 (2017: Euros 248.639), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros ativos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda e o respetivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.4.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	124.749	-
Dotações do exercício	141.148	124.749
Reversões do exercício	(90.425)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>175.472</b>	<b>124.749</b>

## 17. Ativos tangíveis

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Obras em imóveis arrendados	274.705	170.906
Mobiliário e material	178.550	160.334
Máquinas e ferramentas	2.391	2.391
Equipamento informático	287.409	216.631
Instalações interiores	53.174	53.174
Equipamento de segurança	4.140	4.140
Outros Ativos tangíveis	4.688	4.176
<b>Custo de aquisição</b>	<b>805.057</b>	<b>611.752</b>
Relativas ao exercício corrente	(94.292)	(71.685)
Relativas a exercícios anteriores	(343.277)	(272.121)
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>(437.569)</b>	<b>(343.806)</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>367.488</b>	<b>267.946</b>

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o ano de 2018, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	170.906	103.799	-	274.705
Mobiliário e material	160.334	18.216	-	178.550
Máquinas e ferramentas	2.391	-	-	2.391
Equipamento informático	216.631	71.308	(529)	287.409
Instalações interiores	53.174	-	-	53.174
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	4.176	512	-	4.688
<b>Custo de aquisição</b>	<b>611.752</b>	<b>193.835</b>	<b>(529)</b>	<b>805.057</b>
Obras em imóveis arrendados	75.107	23.708	-	98.815
Mobiliário e material	95.277	19.203	-	114.480
Máquinas e ferramentas	2.214	85	-	2.299
Equipamento informático	136.379	44.465	(529)	180.315
Instalações interiores	27.324	6.184	-	33.508
Equipamento de segurança	3.329	135	-	3.464
Outros ativos tangíveis	4.176	512	-	4.688
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>343.806</b>	<b>94.292</b>	<b>(529)</b>	<b>437.569</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>267.946</b>	<b>99.543</b>	<b>(0)</b>	<b>367.488</b>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	168.406	2.500	-	170.906
Mobiliário e material	152.830	7.504	-	160.334
Máquinas e ferramentas	7.561	-	(5.170)	2.391
Equipamento informático	202.768	77.359	(63.496)	216.631
Instalações interiores	43.958	9.216	-	53.174
Equipamento de segurança	4.140	-	-	4.140
Outros ativos tangíveis	4.040	136	-	4.176
<b>Custo de aquisição</b>	<b>583.703</b>	<b>96.715</b>	<b>(68.666)</b>	<b>611.752</b>
Obras em imóveis arrendados	58.162	16.945	-	75.107
Mobiliário e material	78.318	16.959	-	95.277
Máquinas e ferramentas	7.299	85	(5.170)	2.214
Equipamento informático	167.087	32.624	(63.332)	136.379
Instalações interiores	22.522	4.802	-	27.324
Equipamento de segurança	3.194	135	-	3.329
Outros ativos tangíveis	4.040	136	-	4.176
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>340.622</b>	<b>71.686</b>	<b>(68.502)</b>	<b>343.806</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>243.082</b>	<b>25.029</b>	<b>(164)</b>	<b>267.946</b>

## 18. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	521.999	491.999
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros ativos intangíveis	23.772	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>564.101</b>
Relativas ao exercício corrente	(108)	(537)
Relativas a exercícios anteriores	(563.993)	(563.457)
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>(564.101)</b>	<b>(563.993)</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>-</b>	<b>108</b>



Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2018, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564.101</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	491.891	-	108	492.000
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>563.993</b>	<b>-</b>	<b>108</b>	<b>564.101</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>108</b>	<b>-</b>	<b>(108)</b>	<b>(0)</b>

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, durante o ano de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.999	-	-	491.999
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Custo de aquisição</b>	<b>564.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564.101</b>
Sistemas de tratamento automático de dados	491.355	536	-	491.891
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros ativos intangíveis	53.772	-	-	53.772
<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>563.457</b>	<b>536</b>	<b>-</b>	<b>563.993</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>644</b>	<b>(536)</b>	<b>-</b>	<b>108</b>

**19. Ativos e passivos por impostos diferidos**

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2018 Euros		2017 Euros	
	<b>Ativos Euros</b>	<b>Passivos Euros</b>	<b>Ativos Euros</b>	<b>Passivos Euros</b>
Imparidade para Crédito	338.221	-	205.646	-
	338.221	-	205.646	-
<b>Impostos diferidos</b>	<b>338.221</b>		<b>205.646</b>	

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	205.646	340.432
Ajustamento IFRS 9	121.575	-
Reconhecido em resultados	11.000	(134.786)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>338.221</b>	<b>205.646</b>

**20. Outros ativos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	27.929.706	25.167.164
Outros devedores	22.688.268	23.268.666
Despesas com custos diferidos	31.845	26.726
Outras contas de regularização	7.076.673	2.138.789
<b>Outros ativos</b>	<b>57.726.492</b>	<b>50.601.345</b>
<b>Imparidade de outros ativos</b>	<b>(56.658)</b>	<b>(127.534)</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>57.669.834</b>	<b>50.473.811</b>

A 31 de Dezembro de 2018, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui o montante de Euros 404.962 (2017: Euros 521.538), que representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A rubrica de Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui ainda Euros 27.497.752 (2017: Euros 24.447.564) relativamente a IVA a recuperar do estado, decorrente da sua atividade.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 2.291.799 (2017: Euros 3.848.311) referente a débitos a empresas do grupo.

A rubrica Outros devedores inclui ainda o montante de Euros 18.865.857 (2017: Euros 18.658.385) referente ao saldo devedor da conta de cashpooling.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.651.281 (2017: Euros 1.150.262) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efetuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como se segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	127.534	129.113
IFRS 9	29.282	-
Dotações do exercício	69.336	216.146
Reversões do exercício	(169.494)	(217.725)
Utilizações do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>56.658</b>	<b>127.534</b>

## 21. Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
<b>Instituições de crédito no país</b>	<b>433.358.289</b>	<b>360.631.823</b>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Até 3 meses	34.358.289	58.631.823
3 meses até 1 ano	104.000.000	107.000.000
1 ano até 5 anos	295.000.000	195.000.000
	<b>433.358.289</b>	<b>360.631.823</b>

**22. Recursos de clientes e outros empréstimos**

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Empréstimos de Residentes Mercedes-Benz Portugal, S.A.	164.096.894	128.092.946
<b>Outros empréstimos</b>	<b>164.096.894</b>	<b>128.092.946</b>

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2018 Euros	2017 Euros
Até 3 meses	100.096.894	40.092.946
3 meses a 1 ano	10.000.000	56.000.000
1 ano até 5 anos	54.000.000	32.000.000
	<b>164.096.894</b>	<b>128.092.946</b>

**23. Provisões**

A rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Provisão para outros riscos e encargos	360.614	510.745
<b>Provisões</b>	<b>360.614</b>	<b>510.745</b>

A rubrica Provisão para outros riscos e encargos no montante de Euros 360.614 (2017: Euros 510.745) regista as provisões que foram constituídas tendo por base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade da sociedade e processos legais em curso.

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	510.745	619.529
Dotações do exercício	12.696	290.573
Reversões do exercício	(80.968)	(356.579)
Utilizações do exercício	(81.859)	(42.778)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>360.614</b>	<b>510.745</b>

## 24. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	4.273.103	3.059.401
Carga fiscal paga (do exercício)	-	-
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>4.273.103</b>	<b>3.059.401</b>

**25. Outros passivos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Cauções recebidas	13.757	23.262
Fornecedores de bens para locação financeira	7.374.879	7.744.400
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	542.426	1.132.806
Sector público administrativo	206.332	166.476
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	401.722	381.610
Outros custos a pagar	3.042.527	3.033.606
Comissões a pagar a angariadores	1.659.418	1.455.320
Outras contas de regularização	2.270.414	1.248.326
<b>Outros passivos</b>	<b>15.511.474</b>	<b>15.185.806</b>

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 13.757 (2017: Euros 23.262) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Cauções recebidas tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2018 Euros	2017 Euros
Até 3 meses	13.757	-
De 3 meses a 1 ano	-	23.262
De 1 ano até 5 anos	-	-
	<b>13.757</b>	<b>23.262</b>

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 523.116 (2017: Euros 475.263) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

A rubrica Outros custos a pagar inclui ainda o montante de Euros 2.112.052 (2017: Euros 2.203.029) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 1.659.418 (2017: Euros 1.455.320), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui também o montante de Euros 1.025.109 (2017: Euros 1.008.719) referente a adiantamentos de clientes.

**26. Capital**

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A empresa é detida a 100% pela empresa Mercedes-Benz Portugal, S.A..

**27. Reserva legal**

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, deverá ser afeto à reserva legal o montante aproximado de Euros 868.794.

**28. Reservas e resultados transitados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Reserva legal	2.912.459	2.093.136
Outras reservas e resultados transitados	29.526.179	21.686.382
<b>Reservas e resultados transitados</b>	<b>32.438.638</b>	<b>23.779.518</b>



**29. Passivos contingentes e compromissos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2018 Euros	2017 Euros
Garantias e avales prestados	74.711.443	72.665.286
Compromissos assumidos perante terceiros	50.051.743	56.765.432
Compromissos assumidos por terceiros	90.000.000	57.000.000
Outras contas extrapatrimoniais	117.767.309	533.619.163

As Garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 50.051.743 (2017: Euros 56.765.432), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

A rubrica Compromissos assumidos por terceiros no montante de Euros 90.000.000 (2017: Euros 57.000.000) refere-se aos plafonds de crédito obtido de bancos. Estes compromissos são revogáveis.

**30. Balanços e taxas médias**

Os valores contabilísticos médios dos ativos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efetivas, são apresentadas no seguinte quadro:

	31 Dezembro 2018		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
<b>Ativos geradores de juros</b>			
Disponibilidades em O.I.C.	2.598.832	-	0,0%
Crédito a Clientes	559.673.500	20.925.998	3,7%
Total de ativos geradores de juros	562.272.332	20.925.998	3,7%
<b>Ativos não geradores de juros</b>	52.992.269		
<b>Total do Ativo</b>	<b>615.264.601</b>	<b>20.925.998</b>	<b>3,4%</b>
<b>Passivos geradores de juros:</b>			
Recursos em O.I.C.	397.043.503	(3.347.751)	-0,8%
Recursos de Clientes e O.E.	146.046.473	438.057	0,3%
Total de Passivos Geradores de juros	543.089.976	(2.909.694)	-0,5%
<b>Passivos não geradores de juros</b>	17.623.963		
<b>Total do Passivo</b>	<b>560.713.939</b>	<b>(2.909.694)</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>54.550.662</b>		
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	<b>615.264.601</b>	<b>(2.909.694)</b>	<b>-0,5%</b>
Juros e rendimentos equiparados	20.925.998		
Juros e encargos equiparados	(2.909.694)		
<b>Margem Financeira</b>	<b>18.016.304</b>		

Taxa de Margem Financeira (1) **3,2%**

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

31 Dezembro 2017			
	Balanco Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
<b>Ativos geradores de juros</b>			
Disponibilidades em O.I.C.	3.802.787	-	0,0%
Crédito a Clientes	453.894.634	18.684.209	4,1%
Total de ativos geradores de juros	457.697.421	18.684.209	4,1%
<b>Ativos não geradores de juros</b>	42.091.709		
<b>Total do Ativo</b>	<b>499.789.130</b>	<b>18.684.209</b>	<b>3,7%</b>
<b>Passivos geradores de juros:</b>			
Recursos em O.I.C.	343.277.922	2.124.076	0,6%
Recursos de Clientes e O.E.	91.110.585	666.967	0,7%
Total de Passivos Geradores de juros	434.388.507	2.791.042	0,6%
<b>Passivos não geradores de juros</b>	20.693.368		
<b>Total do Passivo</b>	<b>455.081.875</b>	<b>2.791.042</b>	<b>0,6%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>44.707.255</b>		
<b>Total do Passivo e do Capital Próprio</b>	<b>499.789.130</b>	<b>2.791.042</b>	<b>0,6%</b>
Juros e rendimentos equiparados	18.684.209		
Juros e encargos equiparados	(2.791.042)		
<b>Margem Financeira</b>	<b>15.893.167</b>		

Taxa de Margem Financeira (1)

3,5%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Ativos Geradores de Juros

### 31. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Art. 66ºA:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- Proposta de aplicação de resultados (lucro do exercício de 8.687.940, deduzido do montante de 868.794 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados)
- Detalhe dos honorários facturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	2018 Euros	2017 Euros
Revisão legal das contas anuais	33.150	16.000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	71.050	94.250
	<b>104.200</b>	<b>110.250</b>

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Nos termos da Intervenção n.º 28/2014, de 13 de dezembro de 2014, no que respeita à Divulgação da Informação relativa ao ónus sobre ativos, a Sociedade não possui a 31 de dezembro de 2018 ónus sobre os seus ativos.

## 32. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer os actuais níveis de risco do respectivo emitente.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

A 31 de dezembro de 2018, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2018		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
<b>Ativos Financeiros:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.090.286	2.090.286	-
Ativos disponíveis para Venda	125	125	-
Créditos a clientes	616.071.437	615.728.826	342.611
<b>Passivos Financeiros:</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	433.455.183	433.455.183	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	164.000.000	164.000.000	-

A 31 de dezembro de 2017, a decomposição dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

31 Dezembro 2017			
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
<b>Ativos Financeiros:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.107.378	3.107.378	-
Ativos disponíveis para Venda	125	125	-
Créditos a clientes	503.275.573	499.782.089	3.493.484
<b>Passivos Financeiros:</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	360.631.823	360.631.823	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	128.092.946	128.092.946	-

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A Sociedade considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;

- Se existe um mercado Over-the-counter (OTC) e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os activos financeiros detidos pela Sociedade, estão a ser valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3).

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

#### **Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

#### **Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor.

#### **Crédito a clientes**

Para o cálculo do justo valor foi tido em consideração o valor referente à totalidade da exposição calculado no modelo de imparidade a Janeiro de 2019. Devido à aplicação do método *one month gap* o Grupo Daimler teve em consideração a exposição total que corresponde ao valor dos cash flows descontados a 31 de Dezembro de 2018 (base para o cálculo da imparidade a 31 de Janeiro de 2019).

#### **Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos**

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para instrumentos financeiros com características similares à data do balanço.

Considerando que, na grande maioria dos instrumentos financeiros são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

### **33. Partes relacionadas**

À data de 31 de Dezembro de 2018, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são de seguida analisados.

Nome da entidade relacionada	%	Sede
<b>Membros do Conselho de Administração da MBF</b>		
Bernd Barth	n.a.	n.a.
Martinus Vrijaldenhoven	n.a.	n.a.
Paulo Ferreira	n.a.	n.a.
<b>Empresas de controlam MBFS</b>		
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	100%	Portugal
<b>Empresas sob controlo comum</b>		
Daimler Financial Services AG	n.a.	Alemanha
Daimler AG	n.a.	Alemanha
Mercedes-Benz Bank AG	n.a.	Alemanha
DIAS	n.a.	Alemanha
Mercedes-Benz Bank Service Center	n.a.	Alemanha
Mercedes-Benz Leasing GmbH	n.a.	Alemanha
Mercedes-Benz Renting España	n.a.	Espanha
MBFS España	n.a.	Espanha
Daimler Asia	n.a.	India
Mercedes-Benz Italia	n.a.	Italia
Mercedes-Benz Comercial Lda	n.a.	Portugal
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	n.a.	Portugal
Evobus	n.a.	Portugal

31 Dezembro 2018				
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	3.219.022	165.217.725	1.312.858	11.658.521
Mercedes-Benz Comercial Lda	3.557	565.189	292.325	34.149
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	-	28.593	228.022	824.340
Daimler Financial Services AG	-	500	8.382	680
Daimler AG	19.287.987	420.498	955.981	-
Daimler Asia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank AG	-	2.420	-	1.723
Mercedes-Benz Renting España	-	-	59.075	-
DIAS	-	1	3.595	-
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	-	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	-	-
MBFS España	-	256.384	29.153	-
Evobus	-	1.381.935	2.820	16.530
Mercedes-Benz Italia	6.200	-	-	-
	<b>22.516.766</b>	<b>167.873.245</b>	<b>2.892.212</b>	<b>12.535.942</b>

À data de 31 de Dezembro de 2017, o valor das transações da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

31 Dezembro 2017				
Balançaço		Demonstração de resultados		
Ativo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros	
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	3.945.782	129.132.487	868.676	10.150.741
Mercedes-Benz Comercial Lda	1.204	2.175.451	308.683	38.756
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	290.600	-	210.669	1.345.569
Daimler Financial Services AG	-	2.128	11.136	27.245
Daimler AG	18.661.656	426.115	899.822	7.955
Daimler Asia	-	-	-	-
Mercedes-Benz Bank	-	-	54.002	5.063
Mercedes-Benz Renting España	-	12.622	96.078	-
DIAS	-	-	2.511	25.546
Mercedes-Benz Bank Service Center	-	-	1.256	-
Mercedes-Benz Leasing GmbH	-	-	-	-
Mercedes-Benz España	-	-	-	-
Evobus	-	145	5.053	13.299
Mercedes-Benz Italia	6.200	-	-	-
	<b>22.905.442</b>	<b>131.748.948</b>	<b>2.457.886</b>	<b>11.614.174</b>

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

### 34. Gestão de riscos da atividade

A gestão de riscos da atividade é efetuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de concentração, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de taxa de câmbio, risco operacional, risco de compliance, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e Quality em 2017 com o objetivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à atividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das atividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e Quality.



Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas atividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. focaliza a sua atividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Toda a atividade é gerida tendo em consideração as diretrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre ainda a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e *controlling*, informática, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

Para além das entidades acima referenciadas, a Administração recorre sempre que necessário às funções internas existentes, de Compliance e Legal e de Auditoria Interna.

## 34.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a atividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para dois anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objetivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projetos prioritários da respetiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. A monitorização e acompanhamento dos resultados são realizados num base mensal, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correção que evitem o afastamento aos objetivos gerais inclusos na estratégia da empresa para o ano em curso caso aplicável.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos diretores, chefes de departamento e responsáveis de área comercial.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança ("CollectionsNet"), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc.). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como uma

referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às atividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

## **Modelo de Imparidade**

Em Julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 entrou em vigor para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, com permissão para adoção antecipada, e veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

### **I. Classificação – Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para ativos financeiros que reflete o modelo de negócio utilizado na gestão do ativo bem como as características dos seus cash flows.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI) e mensurados ao justo valor com alterações em resultados (FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39 “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”, são eliminadas.

A Mercedes Benz Financial Services aplica a nova IFRS 9 para períodos iniciados e após 1 de Janeiro de 2018.

### **II. Imparidade – Ativos Financeiros, Empréstimos e Contractos de Garantias Financeiras**

A aplicação inicial da norma leva a várias alterações significativas.

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo de “perda esperada”.

A IFRS 9 requer que as perdas sejam reconhecidas num montante de perdas esperadas (“ECLs”) de 12 meses ou perdas esperadas para a totalidade da duração do contracto. As perdas esperadas para a totalidade do contracto, são as “perdas que resultam de todos os possíveis incumprimentos (*defaults*) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto perdas esperadas de 12 meses são a porção das perdas que resultam dos eventos de incumprimento que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de reporte.

A IFRS 9 introduz um modelo de classificação abrangente para ativos financeiros, dividindo os mesmos em três categorias: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida de outros rendimentos integrais e ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida do resultado.

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros eram classificados como empréstimos (“Loans and Receivables”), ativos financeiros disponíveis para venda (“Available for Sale”) e ativos financeiros ao justo valor através do resultado (“Held-to-Maturity”).

Os ativos financeiros que geram fluxos de caixa consistindo apenas do pagamento de capital e juros são classificados, de acordo com o modelo de negócios da Mercedes Benz Financial Services, com o intuito de manutenção dos mesmos. Ativos financeiros que são mantidos num modelo de negócios até à sua maturidade, com

o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais são mensurados pelo custo amortizado. Estes modelos de negócio são geridos principalmente com base na estrutura de taxas de juros e no risco de crédito. Se o modelo de negócios contemplar a intenção de manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais, mas perspectivar-se a sua venda para, por exemplo, fazer face a uma necessidade específica de liquidez, esses instrumentos são mensurados ao justo valor através do rendimento integral. Ativos financeiros que possuem apenas fluxos de caixa correspondentes a capital e juros, mas que não são mantidos dentro de um dos modelos de negócios descritos acima, são mensurados ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros que contêm fluxos de caixa que não sejam de capital e juros, tais como juros em fundos do mercado monetário ou derivados incluindo derivados embutidos separados, são mensurados ao justo valor através de resultados. Para instrumentos de capital próprio, a IFRS 9 permite, opcionalmente, a mensuração ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral. A Mercedes Benz Financial Services opta por mensurar os instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral. Quando tais instrumentos de capital próprio são vendidos ou alvo de Write off, quaisquer ganhos ou perdas não realizados sobre os mesmos são reclassificados para resultados transitados, não impactando a demonstração dos resultados. De acordo com a IAS 39, os instrumentos de capital próprio eram classificados como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas não realizados e as imparidades eram apresentadas na demonstração dos resultados no momento do desreconhecimento dos mesmos. Estes instrumentos de capital próprio são apresentados na rubrica de outros ativos financeiros.

Contas a receber de clientes e contas a receber de serviços financeiros são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes encontram-se classificados como empréstimos e recebimentos de acordo com a IAS 39 e, portanto, mensurados ao custo amortizado. Todos estes instrumentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Títulos de dívida negociáveis são ativos financeiros não derivados que não foram classificados em nenhuma das outras categorias e, portanto, foram classificados como disponíveis para venda de acordo com a IAS 39 e mensurados pelo justo valor com contrapartida em outro rendimento integral. Dentro dos títulos de dívida negociáveis e investimentos similares, com excepção para participações em fundos do mercado monetário, os títulos de dívida são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral de acordo com a IFRS 9, enquanto os investimentos semelhantes são mensurados ao custo amortizado.

## **Modelo “perda esperada” (Expected credit loss impairment model)**

A IFRS 9 introduz a abordagem da perda de crédito esperada a ser aplicada a todos os ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral.

De acordo com a IAS 39, estes instrumentos eram avaliados para determinar se houve evidência objetiva de perda de valor. Podem existir evidências objetivas, por exemplo, se um devedor enfrentar sérias dificuldades financeiras ou se houver uma mudança substancial no ambiente tecnológico, económico, legal ou de mercado do devedor. Para instrumentos de capital próprio cotados, um declínio significativo ou prolongado no justo valor era evidência objectiva e adicional de possível imparidade. As perdas incorridas eram reconhecidas como imparidade de ativos financeiros. Sobre a IFRS 9, a nova abordagem tem em consideração projecções futuras. A abordagem de perda de crédito esperada usa três etapas para alocar as perdas por imparidade:

- Nível 1 – ECL's nos próximos 12 meses- Inclusão de todos os contratos, nos quais não se observou um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial e, usualmente, novas aquisições e contratos com menos de 31 dias passados desde a data de vencimento. É reconhecida a parte das perdas de crédito relacionadas com possíveis eventos de *default* nos próximos 12 meses.

- Nível 2 – ECL's durante a vida do contrato - Os ativos que ainda não estão em imparidade, mas nos quais se verificou um aumento significativo do seu risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial, são incluídos no nível 2. Estes são mensurados de acordo com a perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, sendo esta definida como a perda de crédito esperada resultante de todos os eventos de incumprimento até à maturidade do contrato.

- Nível 3 – ECL's durante a vida do contrato- Os ativos financeiros que já tenham sido alvo de imparidade por perdas de crédito ou que se encontrem em incumprimento, são transferidos para o nível 3 e mensurados de acordo com a perda de crédito esperada ao longo da vida dos mesmos. A evidência objetiva para um ativo financeiro com perdas por imparidade de crédito inclui a passagem de 91 dias desde a data de vencimento do mesmo, assim como outra informação sobre dificuldades significativas do devedor. A determinação do fato do nível de risco de crédito do ativo ter aumentado significativamente é feita através da avaliação da probabilidade de incumprimento, que é feita pelo menos trimestralmente, incorporando informação externa acerca do rating de crédito e informação interna acerca da qualidade de crédito do ativo financeiro.

Um ativo financeiro é migrado para o nível 2 se o risco de crédito do ativo tiver aumentado significativamente em comparação ao seu risco de crédito no momento do reconhecimento inicial. O risco de crédito é avaliado com base na probabilidade de incumprimento. Para as contas a receber, é aplicada a abordagem simplificada, segundo a qual as perdas de crédito esperadas para todos os recebimentos comerciais são inicialmente mensuradas ao longo da vida do instrumento.

Nos níveis 1 e 2, os rendimentos de juros são calculados com base no valor bruto do instrumento. Se um ativo financeiro conter uma imparidade de crédito no nível 3, o rendimento efetivo de juros é calculado com base no seu montante líquido do instrumento (valor contabilístico bruto ajustado de qualquer imparidade para perda).

## **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são medidas de forma a refletir:

- a) uma quantia objetiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;;
- b) o valor temporal do dinheiro; e
- c) Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições económicas futuras.

As perdas de crédito esperadas são medidas como o valor presente, com base na probabilidade, de todas as insuficiências de caixa ao longo da vida esperada de cada ativo financeiro. Para contas a receber de serviços financeiros, as perdas de crédito esperadas são calculadas principalmente com um modelo estatístico usando três parâmetros de risco: probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*, perda dado o incumprimento (*Loss Given Default – LGD*) e exposição ao incumprimento (*Exposure at Default – EAD*). Segundo a IAS 39, o montante da perda para empréstimos e recebimentos era a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontados à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Para ativos financeiros disponíveis para venda, uma quantia previamente reconhecida noutro rendimento integral igual à diferença entre o custo de aquisição (líquido de amortizações de qualquer capital e amortização) e o justo valor atual menos qualquer perda por imparidade naquele ativo financeiro anteriormente reconhecido na demonstração de resultados.

A estimativa desses parâmetros de risco incorpora todas as informações relevantes disponíveis, não apenas dados históricos e de perda atual, mas também informações prospectivas razoáveis ( “forward-looking “) e justificáveis refletidas pelos fatores de expectativa futuros. Essas informações incluem fatores macroeconómicos (por exemplo,

crescimento do produto interno bruto, taxa de desemprego, índice de desempenho de custos) e previsões de condições económicas futuras. Estas previsões são realizadas por meio de uma análise de cenários (cenário base, cenários adverso e cenário otimista).

Um instrumento financeiro é alvo de imparidade quando não há expectativa razoável de recuperação, por exemplo, no final do processo de insolvência ou após uma decisão judicial de incobrabilidade. Modificações significativas (por exemplo, que levam a uma mudança no valor presente dos fluxos de caixa contratuais de 10%) levam ao desreconhecimento de ativos financeiros. Tais modificações estimam-se raras e imateriais para recebimentos de ativos financeiros. Se os termos de um contrato forem renegociados ou modificados e isso não resultar no desreconhecimento do contrato, então o valor contabilístico bruto do contrato deve ser recalculado e eventuais ganhos ou perdas, daí resultantes, devem ser reconhecidas no resultado.

## **Informação Prospetiva (Forward-looking information)**

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada nível e a avaliação de aumentos significativos no risco de crédito devem considerar informações sobre eventos passados e condições atuais, bem como previsões razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições económicas. A estimativa e a aplicação de informações prospetivas exigirão um nível de julgamento significativo.

As informações relativas às PD, LGD e EAD utilizadas para estimar as provisões para perda de créditos no nível 1 e nível 2 são a base das variáveis macroeconómicas (ou mudanças nas variáveis macroeconómicas) que estão mais correlacionadas com as perdas de crédito no portfólio relevante. Cada cenário macroeconómico usado no cálculo da perda de crédito esperado terá previsões das variáveis macroeconómicas relevantes - incluindo, mas não limitado a, taxas de desemprego, produto interno bruto, rendimentos de títulos, *spreads* de crédito, índices de ações, volatilidade do mercado de ações, preços dos imóveis "*real estate*" residenciais e comerciais e preços das *commodities* - por um período de cinco anos, subsequentemente retornando às médias de longo prazo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas no nível 1 e 2 será uma estimativa ponderada de probabilidades descontada que considera um mínimo de três cenários macroeconómicos futuros. O cenário base basear-se-á em previsões macroeconómicas internas. Cenários menos prováveis, um positivo e outro negativo serão definidos em relação ao nosso cenário de base baseado em condições macroeconómicas alternativas razoavelmente possíveis. A definição do cenário, incluindo a identificação de cenários adicionais, ocorrerá pelo menos numa base anual e com mais frequência se as condições o justificarem.

Aos cenários serão atribuídas probabilidade de acordo com a nossa melhor estimativa de acontecimento com base na frequência histórica e nas tendências e condições atuais. Os pesos de probabilidade serão atualizados trimestralmente. Todos os cenários considerados serão aplicados a todas as carteiras sujeitas a perdas de crédito esperadas com as mesmas probabilidades.

As taxas de perdas utilizadas na imparidade para o nível 3, avaliadas coletivamente, serão ajustadas com base nos cenários macroeconómicos futuros utilizados nas estimativas do nível 1 e do nível 2. As perdas avaliadas individualmente serão estabelecidas com base numa série de possíveis resultados, que podem incluir cenários macroeconómicos ou não macroeconómicos, conforme apropriado.

A avaliação de aumentos significativos no risco de crédito será baseada em mudanças nos ponderadores de probabilidade de informação prospetiva da PD, usando os mesmos cenários macroeconómicos que o cálculo das perdas de crédito esperadas.

De acordo com o modelo de imparidade para os clientes Corporate (exposição superior a 500.000 Euros) pode ser ajustado o valor de imparidade que resulta da aplicação do Modelo (override), para os clientes que se encontrem a ser monitorizados internamente (presente em *Watch List & Problem Credit*).

Com referência a 31 de Dezembro de 2018 não existiram clientes alvo de override, pelo que a imparidade regista é aquela que resulta da aplicação do Modelo.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Exposição 31.12.2018				Imparidade 31.12.2018			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	112.272.946	97.800.996	14.471.950	-	129.256	93.738	35.518	-
Corporate Fleet	40.466.584	38.617.636	1.848.948	-	309.465	285.123	24.342	-
Retail Small Business	149.697.583	140.853.580	6.283.172	2.560.831	1.421.893	248.984	185.857	987.051
Private	292.768.042	276.373.376	15.261.015	1.133.651	982.030	317.893	193.605	470.533
<b>Total</b>	<b>595.205.155</b>	<b>553.645.588</b>	<b>37.865.085</b>	<b>3.694.482</b>	<b>2.842.644</b>	<b>945.738</b>	<b>439.323</b>	<b>1.457.584</b>

O valor total de exposição referenciado na ultima tabela difere do registado na contabilidade o que se justifica pela aplicação do modelo de imparidade do Grupo, uma vez que este se baseia na posição do portfolio do mês anterior (One Month Gap) e exposição não inclui o valor de comissões associadas a operações de crédito. Adicionalmente a imparidade inclui a imparidade de ativos não correntes detidos para venda.

Segmento	Exposição 31.12.2017				Imparidade 31.12.2017			
	Exposição Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Corporate Dealer	108.545.956	91.413.314	17.132.642	-	109.531	65.653	43.878	-
Corporate Fleet	37.751.844	34.455.592	1.921.965	1.374.288	1.163.367	208.258	23.010	932.100
Retail Small Business	123.090.473	110.266.448	10.185.308	2.638.716	1.599.465	216.890	148.717	1.233.858
Private	233.333.930	172.640.578	59.153.033	1.540.319	1.388.074	251.812	430.718	705.544
<b>Total</b>	<b>502.722.203</b>	<b>408.775.932</b>	<b>88.392.948</b>	<b>5.553.323</b>	<b>4.260.437</b>	<b>742.613</b>	<b>646.323</b>	<b>2.871.501</b>

A exposição de crédito por classes é apresentada da seguinte forma:

	2018			2019		
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Stage 1	Stage 2	Stage 3
0 dpd (current)	552.693.216,91	32.642.234,20	118.496,61	407.975.932,01	84.784.149,53	308.001,97
1 - 30	952.372,71	2.727.051,33	1.511,56	797.850,24	2.328.993,96	8.341,98
31 - 60	-	1.824.014,93	19.869,26	-	1.103.951,43	265.174,18
61 - 90	-	671.784,73	-	-	227.411,53	8.141,37
91 - 180	-	-	795.652,30	-	-	462.899,93
181 days or more	-	-	2.758.952,23	-	-	4.501.354,88
<b>Total</b>	<b>553.645.589,61</b>	<b>37.865.085,18</b>	<b>3.694.481,96</b>	<b>408.773.782,25</b>	<b>88.444.506,45</b>	<b>5.553.914,31</b>

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de Dezembro de 2018 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer		Corporate Fleet		Retail Small Business		Private		Total	
	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
2008 e anteriores			0	0	481.354	262.320	134.350	81.028	615.704	343.348
2009			0	0	198.709	40.466	16.941	8.489	215.650	48.955
2010			0	0	59.333	26.859	72.224	43.426	131.557	70.285
2011			0	0	84.547	37.287	26.781	6.429	111.328	43.716
2012			0	0	184.994	58.386	8.206	1.111	193.200	59.497
2013			1.511.129	7.555	344.928	47.839	289.048	43.225	2.145.105	98.619
2014			1.507.227	16.278	1.756.152	93.931	2.301.896	78.733	5.565.275	188.942
2015			227.192	1.629	8.547.323	147.828	17.302.630	206.596	26.077.145	356.053
2016			2.805.673	34.500	18.493.659	105.419	37.725.827	133.594	59.025.159	273.513
2017			11.437.518	93.269	48.650.874	450.078	89.288.539	240.539	149.376.931	783.886
2018	112.272.946	129.256	22.977.846	156.234	70.895.711	151.480	145.601.601	138.860	351.748.104	575.830
<b>Total</b>	<b>112.272.946</b>	<b>129.256</b>	<b>40.466.585</b>	<b>309.465</b>	<b>149.697.584</b>	<b>1.421.893</b>	<b>292.768.043</b>	<b>982.030</b>	<b>595.205.158</b>	<b>2.842.644</b>

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de Dezembro de 2017 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer		Corporate		Construção e CRE		SME		Privata		Total	
	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída	Montante	Imparidade constituída
2007 e anteriores			20.191	20.774	81.898	81.898	287.973	286.112	155.396	155.330	545.457	544.113
2008			0	0	55.598	55.598	301.133	301.133	183.820	183.820	540.552	540.552
2009			277	860	48.298	47.959	247.484	247.424	37.442	37.417	333.500	333.659
2010			344.699	351.046	125.514	125.514	106.385	106.182	210.052	208.888	786.651	791.630
2011			37.169	37.984	65.883	65.473	332.085	150.294	107.514	107.514	542.650	361.264
2012			96.800	101.282	27.406	24.538	157.112	139.985	43.243	7.689	324.561	273.495
2013			2.075.362	24.450	121.688	24.930	866.721	115.823	920.716	72.307	3.984.487	237.509
2014			2.491.534	10.983	1.022.385	17.862	6.083.823	122.936	11.752.788	123.103	21.350.530	274.884
2015			2.306.800	20.606	2.133.921	111.557	12.792.448	105.461	32.130.904	172.355	49.364.073	409.979
2016			6.308.486	20.818	4.447.170	23.681	24.390.272	115.059	61.437.826	104.992	98.583.754	264.549
2017	108.518.413	271.990	23.023.392	76.542	11.641.805	29.951	59.279.154	136.869	136.838.465	93.710	339.301.229	609.064
<b>Total</b>	<b>108.518.413</b>	<b>271.990</b>	<b>38.704.709</b>	<b>665.345</b>	<b>19.771.565</b>	<b>608.962</b>	<b>104.844.590</b>	<b>1.827.279</b>	<b>243.818.167</b>	<b>1.267.123</b>	<b>515.657.444</b>	<b>4.640.699</b>

O detalhe dos movimento de entrada e saída na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)	1.642.794	1.845.440
Créditos reestruturados no período	1.552.980	619.139
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-852.737	-821.785
Outros	0	0
<b>Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)</b>	<b>2.343.037</b>	<b>1.642.794</b>

#### Principais parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade

O detalhe dos parâmetros de risco utilizados no modelo de imparidade são apresentados como se seguem:

	31.12.2018			31.12.2017		
	FE	ECAF	FE x ECAF	FE	ECAF	FE x ECAF
Stage 1	0,85	1,27	1,07	0,88	1,32	1,16
Stage 2	0,88	1,27	1,11	0,92	1,32	1,22
Stage 3	0,92	1,00	0,92	0,93	1,20	1,12

Nota: FE (Future expectation); ECAF (Economic cycle adjustment factor) – média ciclo economico/média NCL's

**Informação Prospectiva (Forward-looking information)**

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada nível e a avaliação de aumentos significativos no risco de crédito devem considerar informações sobre eventos passados e condições atuais, bem como previsões razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições económicas. A estimativa e a aplicação de informações prospectivas exigirão julgamento significativo.

As informações relativas às PD, LGD e EAD utilizadas para estimar as provisões para perda de créditos no nível 1 e da Etapa 2 são a base das variáveis macroeconómicas (ou mudanças nas variáveis macroeconómicas) que estão mais correlacionadas com as perdas de crédito no portfólio relevante. Cada cenário macroeconómico usado no cálculo da perda de crédito esperado terá previsões das variáveis macroeconómicas relevantes - incluindo, mas não limitado a, taxas de desemprego, produto interno bruto, rendimentos de títulos, spreads de crédito, índices de ações, volatilidade do mercado de ações, preços dos imóveis "real state" residenciais e comerciais e preços das commodities - por um período de cinco anos, subsequentemente retornando às médias de longo prazo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas no nível 1 e 2 será uma estimativa ponderada de probabilidade descontada que considera um mínimo de três cenários macroeconómicos futuros. O cenário base basear-se-á em previsões macroeconómicas publicadas pelo grupo de economia interna. Cenários de vantagem e desvantagem serão definidos em relação ao nosso cenário de base baseado em condições macroeconómicas alternativas razoavelmente possíveis. O design do cenário, incluindo a identificação de cenários de desvantagens adicionais, ocorrerá pelo menos numa base anual e com mais frequência se as condições o justificarem.

Os cenários serão medidores de probabilidade de acordo com a nossa melhor estimativa de acontecimento com base na frequência histórica e nas tendências e condições atuais. Os pesos de probabilidade serão atualizados trimestralmente. Todos os cenários considerados serão aplicados a todas as carteiras sujeitas a perdas de crédito esperadas com as mesmas probabilidades.

As taxas de perdas utilizadas nas provisões para o nível 3, avaliadas coletivamente, serão ajustadas com base nos cenários macroeconómicos voltados para o futuro utilizados nas estimativas do estágio 1 e do estágio 2. As dívidas avaliadas individualmente serão estabelecidas com base numa série de possíveis resultados, que podem incluir cenários macroeconómicos ou não macroeconómicos, conforme apropriado.

A avaliação de aumentos significativos no risco de crédito será baseada em mudanças nos ponderadores de probabilidade de informação prospectiva da PD, usando os mesmos cenários macroeconómicos que o cálculo das perdas de crédito esperadas.

O modelo de imparidade do Grupo Daimler não difere entre a imparidade avaliada individualmente e coletivamente, mas sim por uma metodologia de override apenas para os clientes Corporate que se encontram em *Watch List & Problem Credit*. Com referência a 31 de Dezembro de 2018 não existiram clientes alvo de override.

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são aplicáveis os seguintes colaterais à carteira de crédito:

- Garantias bancárias negócio Wholesale - relativamente às linhas de crédito concedidas aos concessionários a Sociedade detém garantias bancárias de forma a reduzir o risco inerente ao mesmo crédito no montante de Euros 62.220.285 (2017: Euros 64.254.892)

- Reserva de propriedade / hipoteca contratos de crédito - em todos os contratos de crédito realizados com clientes a Sociedade mantém o direito de reserva de propriedade sobre o bem caso não seja cumprida a obrigação de pagamento da dívida por parte do cliente



Ambos os temas encontram-se incluídos nas rubricas extrapatrimoniais referidas na nota 29.

## **Política de colaterais**

As garantias bancárias, onde a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado o risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

## **Política de Write-off**

A remoção de um ativo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

### **34.2 Risco de Concentração**

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, apenas um cliente representa mais que 2,3% do total da carteira de crédito, após garantias bancárias. Neste sentido concluímos ter um baixo risco de concentração.

Todavia se conjugarmos o crédito concedido a um concessionário com os créditos a clientes finais angariados pelo mesmo (canal fornecedor), importa medir o impacto global da perda de negócio originado por esse concessionário.

O maior concessionário da rede em termos de volume anual financiado a cliente final representa 15,87%; no entanto, face à atual taxa de penetração existiria espaço para substituir esse concessionário por aumento de financiamentos noutros concessionários.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, consideramos remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, assim optamos por não considerar este risco na análise efetuada.

### **34.3 Risco de taxa de juro e de liquidez**

O grupo Daimler possui, em Berlim, um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento ("Asset/Liability Management" ou "ALM") recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na conceção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em contrapartida, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições atuais do mercado português.

O ALM efetua ainda simulações a cenários ("stress testing") dos tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma ação por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também as requisitar ao mesmo departamento.

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respetiva taxa na nossa carteira será reduzido.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 2.090.286 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2017: Euros 3.107.378).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupados por maturidades residuais relevantes. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

31 de Dezembro 2018						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos Financeiros:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.090.286		2.090.286	-	-	-
Créditos a clientes	616.071.437		26.344.577	461.256.833	92.367.412	36.102.616
<b>Passivos Financeiros:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	433.455.183		34.455.183	104.000.000	295.000.000	
Recursos de clientes e outros empréstimos	164.000.000		100.000.000	10.000.000	54.000.000	

31 de Dezembro 2017						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos Financeiros:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.107.378		3.107.378	-	-	-
Créditos a clientes	503.275.563		70.628.978	183.033.317	247.534.559	2.078.710
<b>Passivos Financeiros:</b>						
Recursos de outras instituições de crédito	360.631.823		58.631.823	117.000.000	185.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	128.092.946		40.092.946	56.000.000	32.000.000	-

## **34.4 Risco de taxa de câmbio**

A sociedade utiliza meios / canais de financiamento próprio onde não é necessária a aplicação de taxas de câmbio, efetuando a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

## **34.5 Risco Operacional**

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade encontra-se descrita no Manual de Gestão de Riscos, onde se encontram descritos os procedimentos e a metodologia aplicada ao sistema de Gestão de Riscos.

Salientamos ainda que os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, contêm todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação de todos estes procedimentos internos, cada departamento dispõe de controlos, associadas as respetivas operações, permitindo a sua validação no que concerne ao seu cumprimento. Para situações onde se detetem inconsistências, os responsáveis de área formalizam a deteção reportando a situação, formalmente, ao responsável da área de Gestão de Risco e *Quality*, para que se proceda à sua análise e posterior correção, caso venha a ser necessário.

## **Capital Regulamentar**

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os ativos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Ativos de risco e Rádios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) n.º 575/2013	2018 Dez Euros	2017 Dez Euros
<b>A - Fundos Próprios</b>		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	32.438.638	23.779.518
<b>A1 - Fundos Próprios de Base excluindo acções preferenciais (Core TIER I)</b>	50.439.638	41.780.518
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II		
<b>A2 - Capital Core Tier II</b>	-	-
<b>B - Activos de Riscos Equivalentes</b>		
Requisitos de Fundos Próprios	16.848.262	14.247.121
<b>Total de Activos de Risco Equivalentes</b>	16.848.262	14.247.121
Posição Ponderada	559.856.262	458.889.946
<b>C - Rádios Prudenciais</b>		
Rácio Core TIER I	9,01%	9,10%
Total Rácio Capital	9,01%	9,10%

### 35. Prestação de serviço de mediação de resseguros ou de resseguros

Nos termos do artigo 4.º da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 15/2009-R, de 12 de janeiro de 2010, no que respeita aos requisitos de divulgação aplicáveis à Sociedade na sua qualidade de mediadora de seguros, cumpre prestar a informação seguidamente apresentada.

O total das remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Sociedade ascendeu a Euros 2.294.189. As remunerações em questão têm a seguinte desagregação:

- Remunerações ramo "Vida": Euros 372.361
- Remunerações ramo "Não Vida": a Euros 1.921.827

Adicionalmente, relativamente, às remunerações indicadas, existe uma concentração de 100% na mesma seguradora, neste caso a Liberty Seguros.

No que respeita às contas a receber e a pagar, as mesmas são provenientes de empresas de seguros, e ascendem aos seguintes valores, desagregados por prémios e remunerações:

Contas a receber:

- Prémios a receber: Euros 1.532.498

Contas a pagar:

- Prémios a pagar: Euros 1.350

Importa ainda referir as contas a receber não se encontram vencidas à data de relato e não têm qualquer imparidade associada.

### 36. Impacto da alteração de políticas contabilísticas

#### Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foi aprovada pela UE em Novembro de 2016 e entrou em vigor para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A IFRS 9 veio substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estabelece novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros apresentando significativas alterações sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade. Por esta razão, é uma norma que foi sujeita a um detalhado e complexo processo de implementação que envolveu todos os stakeholders chave, de forma a compreender os impactos e as alterações que implicou nos processos, governance e estratégia de negócio.

Os requisitos apresentados pela IFRS 9 foram, na generalidade, aplicados retrospectivamente através do ajustamento do balanço de abertura à data da aplicação inicial (1 de Janeiro de 2018).

#### Instrumentos Financeiros IFRS 9

A versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foi emitida em Julho de 2014 pelo IASB. Em Outubro de 2017, este emitiu o documento “Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa” (modificações à IFRS 9). As modificações são efectivas para períodos anuais que se iniciem em 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida.

A Sociedade aplicou a IFRS 9 e adoptou antecipadamente as modificações entretanto efectuadas à IFRS 9 no período que se iniciou em 1 de Janeiro de 2018. O impacto da adopção da IFRS 9 nos capitais próprios da Sociedade, com referência a 1 de Janeiro de 2018, foi em Euros 465.891.

As políticas contabilísticas em vigor na Sociedade ao nível dos instrumentos financeiros após adopção IFRS 9 em 1 de Janeiro de 2018, encontram-se descritas na nota 1.2.

##### 1. Classificação de Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo, bem como as características dos respectivos cash flows contratuais.

A norma teve impacto ao nível da classificação e mensuração dos activos financeiros detidos a 1 de Janeiro de 2018 da seguinte forma:

- Activos detidos para negociação e derivados detidos para gestão de risco, que eram classificados como “Held-for-Trading” e mensurados ao FVTPL no âmbito da IAS 39, são mensurados ao FVTPL no âmbito da IFRS 9;
- Crédito a clientes e aplicações junto de Instituições Financeiras mensurados ao custo amortizado no âmbito da IAS 39 são, na sua generalidade, mensurados ao custo amortizado no âmbito da IFRS 9;
- Investimentos em títulos detidos até à maturidade, mensurados ao custo amortizado no âmbito da IAS 39, são, na sua generalidade mensurados ao custo amortizado no âmbito da IFRS 9;
- Investimentos em títulos de dívida que estão classificados como disponíveis para venda no âmbito da IAS 39 são, no âmbito da IFRS 9, mensurados ao custo amortizado, FVOCI ou ao FVTPL, dependendo de certas circunstâncias;
- Crédito a clientes e títulos de investimento que eram mensurados ao justo valor (Fair Value Option) no âmbito da IAS 39 são mensurados ao FVTPL no âmbito da IFRS 9;

- A maioria dos instrumentos de capital que eram classificados como disponíveis para venda no âmbito da IAS 39, são mensurados ao FVTPL no âmbito da IFRS 9. Contudo, alguns destes instrumentos de capital são detidos no âmbito de um investimento estratégico de longo prazo e são designados ao FVOCI, no âmbito da IFRS 9.

Com base nesta análise e na estratégia definida não se verificaram alterações ao nível do critério de mensuração associado aos activos financeiros da Sociedade (activos financeiros mensurados ao custo amortizado) com impacto na transição para a IFRS 9.

## 2. Imparidade – Activos financeiros, compromissos e garantias financeiras

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo forward-looking de “perdas de crédito esperadas (ECL)”, que considera as perdas expectáveis ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Desta forma, na determinação da ECL são tidos em consideração factores macroeconómicos bem como outra informação forward looking, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

O impacto da adopção da IFRS 9 nos capitais próprios do Banco relacionado com as perdas de imparidade de activos Financeiros, garantias e outros compromissos, foi Euros 465.891.

## 3. Classificação – Passivos financeiros

A IFRS 9 mantém genericamente os requisitos existentes na IAS 39 no que concerne à classificação de Passivos Financeiros.

## 4. Desreconhecimento e modificação de contractos

A IFRS 9 incorpora os requisitos da IAS 39 para o desreconhecimento de activos e passivos financeiros sem alterações significativas

## 5. Transição

As alterações de políticas contabilísticas resultantes da aplicação da IFRS 9 foram, genericamente, aplicadas de forma retrospectiva, com excepção das que se seguem:

- A Sociedade aplicou a excepção que permite a não reexpressão da informação comparativa de períodos anteriores no que respeita a alterações de classificação e mensuração (incluindo imparidade). As diferenças nos valores de balanço de activos e passivos financeiros resultantes da adopção da IFRS 9 foram reconhecidos em Reservas e Resultados Transitados, a 1 de Janeiro de 2018.

- A seguinte avaliação foi efectuada com base nos factos e circunstâncias que existiam à data da aplicação inicial:

- a) a determinação do modelo de negócio no qual o activo financeiro é detido;
- b) a designação e revogação de designações prévias de certos activos e passivos financeiros designados ao FVTPL;
- c) a designação de determinados instrumentos de capital que não sejam detidos para negociação como FVOCI.

A reconciliação entre os saldos de balanço em 31 de dezembro de 2017 (IAS 39) e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2018 (IFRS 9), de acordo com a IFRS 9, encontram-se abaixo detalhados. Os saldos incluídos na demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2017 (IAS 39), são apresentados exclusivamente para fins comparativos.

O total do impacto em capitais próprios resume-se da seguinte forma:

- Aumento de 373.598 € relacionados com requisitos de imparidade de carteira de crédito da Sociedade;
- Redução de 121.275 € relacionados com ativo de imposto diferido.

	IAS 39	IFRS 9	Impacto
<b>Total Exposição</b>	<b>4.762.192</b>	<b>4.388.594</b>	<b>373.598</b>
Imparidade Fiscalmente Aceite (Vencido)	-3.749.722	-2.964.159	785.563
Imparidade Fiscalmente Não Aceite (Vencido)	-422.350	0	422.350
Imparidade Vincendo	-465.370	-1.299.686	-834.316
Imparidade Viaturas Recuperadas	-124.749	-124.749	0
<b>Total NSP provision</b>	<b>-127.534</b>	<b>-156.816</b>	<b>-29.282</b>
Imparidade outros devedores Aceite	-127.534	-28.445	99.089
Imparidade outros devedores Não Aceite	0	-120.567	-120.567
Imparidade Adiantamentos Fornecedores	0	-7.803	-7.803
<b>Total</b>	<b>-4.889.726</b>	<b>-4.545.410</b>	<b>344.316</b>
<b>Base ID</b>	<b>-887.721</b>	<b>-1.428.057</b>	<b>-540.336</b>
<b>ID</b>	<b>199.737</b>	<b>321.313</b>	<b>121.576</b>

De seguida é apresentado o resumo do impacto dos mesmos ajustamentos relativos à IFRS 9 no que respeita às principais rubricas de balanço (comparativo 31 de Dezembro de 2017 e 1 de Janeiro de 2018):

	31 Dez 2017 Euros	Ajuste IFRS 9 Euros	01 Jan 2018 Euros
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.107.378	-	3.107.378
Ativos disponíveis para venda	125	-	125
Créditos a clientes	503.275.563	373.598	503.649.161
Ativos não correntes detidos para venda	123.890	-	123.890
Ativos tangíveis	267.946	-	267.946
Ativos intangíveis	108	-	108
Ativos por impostos diferidos	205.646	121.576	327.222
Outros ativos	50.473.811	(29.282)	50.444.529
<b>Total do Ativo</b>	<b>557.454.467</b>	<b>465.892</b>	<b>557.920.359</b>
<b>Passivo</b>			
Recursos de outras instituições de crédito	360.631.823	-	360.631.823
Recursos de clientes e outros empréstimos	128.092.946	-	128.092.946
Provisões	510.745	-	510.745
Passivos por impostos correntes	3.059.401	-	3.059.401
Outros passivos	15.185.806	-	15.185.806
<b>Total do Passivo</b>	<b>507.480.721</b>	<b>-</b>	<b>507.480.721</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	18.001.000	-	18.001.000
Reservas e resultados transitados	23.779.518	465.892	24.245.410
Resultado do exercício	8.193.228	-	8.193.228
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>49.973.746</b>	<b>465.892</b>	<b>50.439.638</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>557.454.467</b>	<b>465.892</b>	<b>557.920.359</b>

### 37. Factos relevantes ocorridos no exercício de 2018 e eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

Atualmente está em curso um projeto de reorganização do Grupo Daimler, o qual poderá conduzir a uma alteração do atual acionista da Mercedes Benz Portugal para a Leonie FS, entidade sediada na Alemanha. É expetável que esta alteração ocorra no 2º semestre de 2019, sendo que todo o processo aguarda ainda aprovação por parte da Assembleia Geral da Daimler AG.



## **38. Normas contabilísticas recentemente emitidas que irão entrar em vigor em períodos futuros**

### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada activo, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, para os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 é aplicável para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Os impactos específicos da adoção da norma são referidos na nota 36.

## **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

O IASB emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber.

Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retrace a performance da entidade.

Não existiram impactos para a Sociedade decorrentes da presente norma.

## **IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos**

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Sociedade não registou alterações significativas na adoção da presente interpretação.

## **Outras alterações**

Foram ainda adoptadas pela UE as alterações emitidas pelo IASB:

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em acções;
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

A Sociedade não registou alterações significativas na adoção da presente interpretação.

## **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade**

### **IFRS 16 – Locações**

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto desta Norma.

## **IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos**

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Sociedade não espera alterações significativas na adoção da presente interpretação.

## **Características de pré-pagamento com compensação negativa (alteração à IFRS 9)**

Activos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efectiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os activos financeiros). Esta alteração foi adoptada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida.

A Sociedade não espera alterações significativas na adoção da presente interpretação.

## **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade**

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efectuado para desenvolver um activo quando este se torna apto para utilização ou venda);

Outras alterações efectuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de Janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de Outubro de 2017) clarificando a interacção com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de Fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos actuariais actualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do asset ceiling não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lidado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de Outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de Outubro de 2018)

A Sociedade não registou alterações significativas na adoção da presente interpretação.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





---

**ANEXOS**



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 676.727.953 euros e um total de capital próprio de 59.127.578 euros, incluindo um resultado líquido de 8.687.940 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

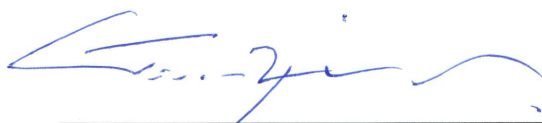
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

29 de maio de 2019



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da  
**Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (a “Sociedade”)**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2018.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2018, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas sem reservas ou ênfases, decorrente do exame realizado.



Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e,
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2018;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

29 de maio de 2019

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)